

Fiesp volta a defender sua posição

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo reafirmou ontem sua posição após reunião do Conselho Superior de Economia da entidade de que realmente não há outra opção mais eficiente para a economia do que a desindexação do INPC. A entidade, entretanto, continua argumentando que os estudos para desindexar gradualmente toda a economia brasileira devem ser mantidos.

A desindexação, segundo o presidente da Fiesp, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, não pode parar no INPC, de acordo com opinião unânime da diretoria da entidade. "Mas no momento — disse — a fim de evitar uma inflação galopante, o mais racional e lógico é desindexar o INPC, porque é mais eficiente a curto prazo".

Vidigal acha que, alterando o INPC, automaticamente há reflexo sobre a ORTN, porque altera também a inflação. "Não há outro jeito agora. Claro que é possível desindexar toda a economia, mas não em 30 dias, porque pode-se correr o risco de arrebentar com o BNH, a política cambial, etc.", acrescentou. O que não pode continuar, segundo ele, é a

atual indexação, que permite situações distorsivas como, por exemplo, uma inundação que eleva o preço do alface, refletindo no aumento da dólar.

Expurgo dos salários ou não, a medida é uma questão de semântica, de acordo com Vidigal, para quem o mais importante é que essa redução do INPC é fundamental para o governo reduzir o déficit público, já que o setor privado poderá promover livre negociação com os trabalhadores. "Se não fosse necessária essa medida — afirmou —, o governo nem pensaria nela, porque é uma decisão extremamente difícil, do ponto de vista político."

PREÇOS

Além disso, Vidigal destacou que não se está alterando apenas o salário: ele lembra que quando houve o índice de 0,90 para o reajuste do aluguel, em novembro, isso já foi um redutor, porque ele era indexado de acordo com a ORTN. Depois, com a maxidesvalorização de 30% do cruzeiro, em fevereiro, também foi aplicado o índice de 0,90 para o setor industrial. "Houve um redutor para evitar os reflexos da máx na inflação e ninguém reclamou. O setor

industrial já está pagando caro e ainda deve sofrer um controle de preços do CIP", disse o presidente da Fiesp.

Tanto a redução do INPC quanto o controle de preços, no entanto, são necessários, segundo ele, porque, se for conseguida uma baixa na inflação, se abre possibilidade de retomada da economia, com perspectivas de novos investimentos e melhores condições de manutenção do atual nível de emprego.

"Não podemos nos iludir achando que a desindexação do INPC irá reativar a economia. Ela só é passível de reativação a partir do momento em que houver contenção da inflação, e isso só será feito se todas as medidas, inclusive a redução do déficit público, tiverem efeito", acrescentou. E com a garantia de controle da inflação — que, tecnicamente, se não subir já significa uma queda — o empresário irá investir e o assalariado terá perspectiva de que seu salário não será corroído. "Só com a contenção da inflação — disse Vidigal — haverá investimento e sem isso está em jogo não só a vida das empresas, mas de todo o regime de livre empresa."